

ATA DA 348ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA
Realizada em 19 de março de 2018

Aos dezenove dias do mês de março de dois mil e dezoito, às treze horas e vinte minutos, foi realizada a trecentésima quadragésima oitava Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA - PE, na sua sede, localizada na Rua das Ninfas, 65, Boa Vista, Recife, PE. Registra-se a presença dos seguintes conselheiros (as): Arnaldo Garcia de Alencar Sampaio, Associação de Caratê *Goju-Ryu* de Pernambuco; Gabriela Moura Otaviano de Souza, titular do Gabinete do Governador; Solange Maria de Souza Loureiro, suplente da Secretaria Estadual de Saúde; José Rinaldo Carvalho da Silva e Silvan José Gonsalves Ataíde, titular e suplente da Secretaria de Desenvolvimento Social- SDS; Eduardo Gomes de Figueiredo, titular da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos- SJDH; Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão e Tarciana S. Castelo Branco, titular e suplente da Associação de Desenvolvimento e Ação Social de Itaquitinga – ADASE; Maria de Lourdes de Andrade Viana Vinokur, titular do Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor – CEDAPP; Hemi Monique Vilas Boas de Andrade, titular do Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco – CIEE/PE; Carmem Lúcia Galvão, titular da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude – SDSCJ; Nelino José Azevedo, titular da Secretaria Estadual de Educação; Thaisi Moreira Bauer, titular do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP; Luana Chiara B. de Souza, suplente da Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG. Registra-se também a presença da equipe técnica do CEDCA/PE: a diretora executiva Rosa Barros, Ana Leão, Ana Elizabeth Harle de Castro, Kalline Gabrielle da Silva, Márcia Santos, Sheila Ferreira, Gicélia Souza, Jacqueline Bezerra, Evanilson Alves de Sá; Josenildo Sinésio da Silva, representante da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude – SDSCJ/PE. Iniciando os trabalhos, após verificar o *quórum*, o Presidente do Conselho, **Arnaldo Sampaio**, procedeu a leitura da pauta, e, em seguida, submeteu ao regime de aprovação a Ata da Assembleia Extraordinária 140ª, que, após a leitura, foi aprovada sem ressalvas, por unanimidade dos conselheiros. Prosseguindo, esclareceu que a ausência maciça de conselheiros, titulares e suplentes, prejudicou a composição das Câmaras Temáticas. Propõe ao colegiado pensar urgentemente mecanismos que possam ajudar a superar esta dificuldade. O conselheiro Eduardo Figueiredo propõe que os órgãos ou entidades possam ser sensibilizadas, mediante ofício, informando a importância da participação dos conselheiros, titulares e suplentes, nas Câmaras Temáticas. O encaminhamento foi aprovado pelos presentes. Retomando a fala, o Presidente esclarece que a dinâmica de pauta não tem um padrão específico normatizado. Sendo assim, a assembleia poderá ser convocada para às 9h da manhã. Corroborando, a conselheira Lourdes Vinokur acrescenta que nas Disposições Gerais do Regimento Interno, encontra-se as respostas às discussões que ora se desenvolve. Está nelas consignado que o pleno se constitui na instância máxima de deliberação. Sendo assim, à luz do regimentado, encaminha para deliberação os seguintes pontos: 1. Iniciar as assembleias às 9h; 2. As Câmaras Temáticas passem a integrar a pauta da assembleia; 3. Consignar falta do órgão ou instituição que não se fizerem presentes no início da assembleia; 4. Liberar a assinatura no livro de atas às 9h e, ao fim, computar as ausências. O conselheiro que incidir em duas faltas consecutivas, terá as faltas comunicadas ao chefe direto. Postos em regime de votação, os encaminhamentos apresentados foram aprovados por unanimidade. Adentrando na relatoria das Câmaras Temáticas, iniciando pela de Medidas Protetivas e Socioeducativas, a pedido da presidência, foram realizadas a leitura das **Atas das Reuniões do Grupo de Trabalho Instituído pela Resolução CEDCA/PE nº 078/2017**. Encerrada a leitura, o presidente provoca

os presentes a refletirem sobre a possível incoerência do conselho integrar o GT, face a natureza das atribuições do órgão. A conselheira Thaisi Moreira Bauer informou que a Ação Civil Pública, impetrada pelo Ministério Público Estadual, versando sobre o fechamento CASE/Abreu e Lima, encontra-se com audiência marcada para quarta-feira, 21/03/2018, às 10h30min, e que se fará presente em representação ao **GAJOP**. Com relação ao prazo estipulado pelo grupo de trabalho, 27/03/2018, para a FUNASE/PE apresentar ao GT o planejamento para o fechamento do CASE/Abreu e Lima argumentou-se sobre a necessidade de se prorrogar o prazo definido na Resolução CEDCA/PE - nº 078/2017, 31/03/2018. Em resposta, o presidente esclarece que a referida resolução tem como escopo o fechamento da unidade de internação, não a constituição de grupo de trabalho a qual, de forma pouco refletida, o CEDCA/PE integra. A conselheira Lourdes Vinokur, atesta que em 2012, o Conselho Nacional de Justiça – **CNJ** recomenda o fechamento do CASE/Abreu e Lima, o que até então não aconteceu. Acrescentando, adverte que ou o conselho se posiciona favorável ao cumprimento de suas resoluções ou, do contrário, cairá no descrédito. O conselheiro Eduardo Figueiredo argumenta que de acordo com ata de reunião em discussão, o GT encaminha que a FUNASE/PE terá até o dia 27 de março para apresentar o planejamento para o fechamento do CASE/Abreu e Lima, sendo assim, em respeito ao mesmo, propõe que a matéria seja analisada em outra ocasião. Acrescentado, em oposição ao argumento anterior, a conselheira Tarciana Castelo Branco, esclarece que o encaminhamento se encontra previsto na própria resolução, não tem como discutir prazo! O prazo é 31 de março, de 2018, como estabelece a resolução! Argumenta que vários órgãos, a exemplo do Ministério Público, Conselho Nacional de Justiça, CAJOP, CONANDA e CEDCA/PE recomendam o fechamento da unidade, não tendo, assim, com o Conselho retroceder. O conselheiro Mallon Aragão observa que a discussão que ora se instala é bem mais ampla que a resolução, voltando a destacar que não há outra saída, a não ser fazer cumprir a resolução. Neste sentido propõe a composição de Grupo de Trabalho para, *in loco*, aferir o estágio de execução das obras. O conselheiro Nelino Azevedo reforça o encaminhamento anteriormente manifestado por Eduardo Figueiredo, no sentido de se respeitar o prazo convencionado pelo o grupo. Completando, da mesma forma que se argumenta contrário ao descumprimento da resolução, estaríamos descumprindo o encaminhamento do GT. Volta a propor que se deveria cumprir o encaminhamento do GT e aguardar a resposta da FUNASE/PE, assim, a matéria seria encaminhada à próxima assembleia, em reunião extraordinária. Retomando a coordenação do trabalho, o presidente esclarece, mais uma vez, que a constituição do GT não está atrelado ao fechamento do CASE/Abreu e Lima. O conselheiro Mallon Aragão, argumentando que o impasse não seria de fácil solução, evocou o regimento, formalizando o pedido de vistas à matéria. Em seguida, também formalizaram o pedido de vistas os conselheiros Eduardo Figueiredo, Lourdes Vinokur e Thaisi Bauer. O presidente acata os pedidos de vistas ora formulados e, atendo-se ao regimento interno, concede prazo de 72h a cada conselheiro, a contar da data de suas respectivas notificações. Prosseguindo, encaminha que, caso o FUNASE/PE não apresente o planejamento no prazo estipulado (27/03/2018), seja oficial no dia seguinte (28/03/2018), sobre o descumprimento do expediente consensuada no Grupo de Trabalho. Encaminha o agendamento à visita, *in loco*, ao CASE/Abreu e Lima para o dia 02 de abril de 2018, firmando o grupo assim constituído: Arnaldo Sampaio, Nelino Azevedo, Thaisi Bauer, Solange Loureiro, Tarciana Castelo Branco e Lourdes Vinokur. Os encaminhamentos foram aprovados por unanimidade. Prosseguindo com os encaminhamentos da Câmara Temática de Orçamento e Finanças, a conselheira Lourdes Vinokur propõe que seja retomado de forma urgente deliberação proferida em dezembro de 2017, tratando da abertura de edital para chamamento de projetos. Aconselha ao Departamento Sociopedagógico e a Assessoria Jurídica, que no processo de elaboração do edital, tome-se por base o edital baixado pelo CONANDA. Com relação ao edital a assessora jurídica, Ana Leão, observa que se estabeleçam critérios de seleção claros e objetivos, conforme recomendação do Tribunal de Contas do Estado

de Pernambuco. A conselheira Hemi Andrade propõe que os projetos a serem selecionados vinculem-se ao eixo Promoção e Prevenção à violação de direitos, e que nas suas diretrizes constem o protagonismo e o empoderamento de crianças e adolescentes. Restando ainda encaminhado que a proposta de edital a ser elaborado pelo sociopedagógico e jurídico, seja encaminhado, em minuta, para os conselheiros, ficando deliberado que, no dia 02 de abril, por sugestão da Diretora Executiva, que seja realizada, às 09h, a Assembleia Extraordinária, e, à tarde, encerrada a assembleia, proceda-se à visita ao CASE/Abreu e Lima. O regime de votação, os encaminhamentos foram aprovados pelos presentes. Prosseguindo a Técnica Gicélia Souza apresentou a Plataforma do CEDCA/PE para doação *on-line*, bem como a simulação para doação. Finda a apresentação, voltou-se à Câmara Temática de Comunicação e Articulação com os seguintes pontos: lançamento do Plano Estadual Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - PEDDHCAPE; e Prêmio Márcia Dangremond. Com relação ao calendário de lançamento do PEDDHCAPE, obedecer o planejamento de datas apresentadas pela técnica do Sociopedagógico Marcia Santos. E, no concerne ao prêmio, encaminhou-se o seguinte: proceder os ajustes no edital; criar arquivo com o nome e referências dos vencedores; e cada conselheiro poderá indicar até dois concorrentes em cada categoria. Por sugestão da Diretora Executiva, foi suspensa a discussão da Câmara Temática, para o representante da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, Josenildo Sinésio, expor alguns encaminhamentos sobre o Conselho Tutelar de Fernando de Noronha, principalmente, no que se refere ao aumento da remuneração dos conselheiros tutelares. Com palavra, Josenildo Sinésio esclareceu que foram realizadas reuniões com o administrador do arquipélago e, de concreto, restou a proposta de se rever a remuneração dos conselheiros tutelares, elevando-se o salário para R\$ 2.000,00 (dois mil reais), bem como a articulação com líder do governo na câmara para apresentar a proposta. Retornando a condução da assembleia o presidente chama a atenção para gravidade do problema do Conselho Tutelar de Fernando, afirmando que ele se encontra desprovido de legitimidade para tratar da garantia de direitos de crianças e adolescentes, dada o problema de composição. Salienta que o aumento da remuneração cabe ao executivo, o processo de escolha para reposição de membros cabe ao conselho. Encaminha que a equipe técnica proceda a elaboração do edital para recomposição do mecanismo, o quanto antes. Com relação a solicitação de formação encaminhada pelo Conselho Municipal de Direto da Criança e do Adolescente de Lagoa do Carro PE, a câmara encaminha que a demanda seja remetida à Escola de Conselhos. O conselheiro Mallon Aragão propõe que a equipe técnica do conselho crie mecanismo para aferir a real situação do CMDCA de Lagoa do Carro, antes de remeter a demanda à Escola de Conselhos. Com relação a Comissão Permanente de Adolescentes (CPA), decidiu-se pelo encaminhamento da ata de reunião e as resoluções citadas no referido documento à conselheira Tarcina Castelo Branco, que fica incumbida de realizar a relatoria sobre a matéria e encaminhá-la à apreciação do pleno, na próxima assembleia ordinária. Com relação ao Plano de Comunicação do CEDCA/PE, o conselheiro Silvam Ataíde esclarece que o referido plano estabelece as diretrizes de como a instituição vai se comunicar e, para tanto, demanda recursos. O presidente propõe que o conselheiro assuma a relatoria da matéria e que apresente ao pleno, na próxima assembleia. Com relação aos plenos descentralizados, conforme sugestão da ex-conselheira Ana Gusmão, acatada pelo pleno, de proceder ao levantamento das deliberações das Assembleias Descentralizadas realizadas nas cidades de Arcoverde e Petrolina, e, em seguida, planejar cronograma de execução a partir da capacidade executiva do Conselho. Ficando os conselheiros Nelino Azevedo e Lourdes Vinokur incumbidos de analisar a matéria, elaborar relatório e apresentar ao pleno, na próxima assembleia ordinária. Com relação a eleição das entidades da sociedade civil, argumenta-se que caso o processo de escolha seja realizado este ano (2018), se quebraria a continuidade dos processos discursivos, considerando que se renovaria as representações governamentais e as representações da sociedade civil. O conselheiro Eduardo Figueiredo esclarece que havendo prorrogação da escolha das

representações da sociedade civil para 2019, também seria necessário prorrogar a constituição da Comissão Eleitoral, conforme dispõe o Regimento Interno. Dada a complexidade da matéria o presidente, solicitou que seja realizado um estudo da matéria, ficando o conselheiro Eduardo Figueiredo incumbido da relatoria, a ser apresentada ao pleno, na próxima assembleia ordinária, subsidiando, assim, os critérios a ser disciplinado em resolução. Com relação a escolha unificada de conselheiros tutelares, o presidente propõe que a assessoria jurídica observe as condutas estabelecidas no processo anterior, para assim se posicionar com relação ao novo pleito. Prosseguindo o presidente informa da sua participação em evento no dia 06/04/2018, promovido pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Ouricuri-PE; e da participação de Solange Loureiro, representando o CEDCA/PE, na Semana Estadual de Saúde, a ser realizada no período de 02 a 08 de abril de 2018. Em seguida, Diretora Executiva informou que foi procurada por um sargento da Polícia Militar – PE, verificando as possibilidades de elaboração de um fluxograma coletivo, disciplinando condutas a serem cumpridas por policiais nos casos de abordagens e outros procedimentos em casos envolvendo crianças e adolescentes. O presidente propõe que o conselheiro Mallon Aragão, acompanhe a reunião a ser realizada, na próxima sexta-feira, 23/03/2018, elabore a relatoria a ser apresentada ao pleno, na próxima assembleia. Finalizando, o Presidente agradeceu a presença e contribuição de todos e deu por encerrada a Assembleia.

Arnaldo Garcia de Alencar Sampaio
Presidente do CDCA/PE